

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2009

Acrescenta dispositivos ao art. 37 da
Constituição para proibir o nepotismo na
Administração Pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 37 da Constituição passa a vigorar acrescido
dos seguintes dispositivos:

“**Art. 37**.....

.....

XXIII – é vedada a nomeação ou designação de
cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou
por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente
público da mesma pessoa jurídica, investido em cargo
político ou de direção, chefia ou assessoramento, para o
exercício de cargo em comissão ou função de confiança, na
Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos
Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

.....
.....
§ 13. Inclui-se na vedação do inciso XXIII a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente do agente público municipal, estadual ou federal para integrar conselho público na respectiva esfera de governo. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proibição do nepotismo na Administração Pública brasileira é bandeira democrática e republicana de longa data. Trata-se de coibir uma prática que constitui elemento essencial da cultura patrimonialista e personalista que causou tantos danos ao Brasil. A Constituição de 1988, ao consagrar o concurso público com a única forma de acesso ao cargo público efetivo, deu uma poderosa contribuição para que seja construída em nosso País uma administração pública moderna e qualificada.

Entretanto, a existência dos cargos comissionados, que podem ser ocupados por indicação pessoal ou política feita por ocupantes de cargos políticos ou administrativos de maior expressão, abre um caminho para a distorção do sistema constitucional, à medida que se amplie a quantidade de cargos comissionados e sua remuneração.

No mesmo sentido opera a política de remuneração de pessoas já ocupantes de cargos efetivos para funções comissionadas: quando a tais funções são destinadas retribuições mais generosas, de modo a desprestigiar a ocupação de cargo efetivo e, assim, tornar imperioso para o servidor ocupante desse cargo a procura por uma dessas funções.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão de largo alcance e dimensão histórica, determinou a proibição do nepotismo na Administração Pública, mediante interpretação dos princípios constitucionais, e inscreveu sua deliberação na Súmula Vinculante nº 13, de 2008, cujos termos, malgrado algumas imprecisões, servem de inspiração para a redação da norma geral que propomos inscrever na Constituição.

Ocorre, entretanto, que os conselhos federais, estaduais e municipais, como os conselhos tutelares, continuam a ser integrados por pessoas aparentadas com o agente público que os designa, o que contraria o espírito da decisão do Supremo e o espírito da Constituição, máxime quanto aos princípios da moralidade e da impessoalidade que devem orientar a Administração Pública, em todas as suas esferas.

Entendemos que a proibição do nepotismo deve constar expressamente do Texto Magno e não depender da exegese elaborada pelo Poder Judiciário a esse respeito, até porque essa interpretação pode mudar, a depender da composição dos órgãos judiciários.

Por tais razões, solicitamos aos eminentes pares o apoio necessário à apreciação e ao aperfeiçoamento desta Proposta de Emenda, cujo conteúdo pretendemos ver incorporado ao Texto Constitucional.

Sala das Sessões,

Senador FLEXA RIBEIRO